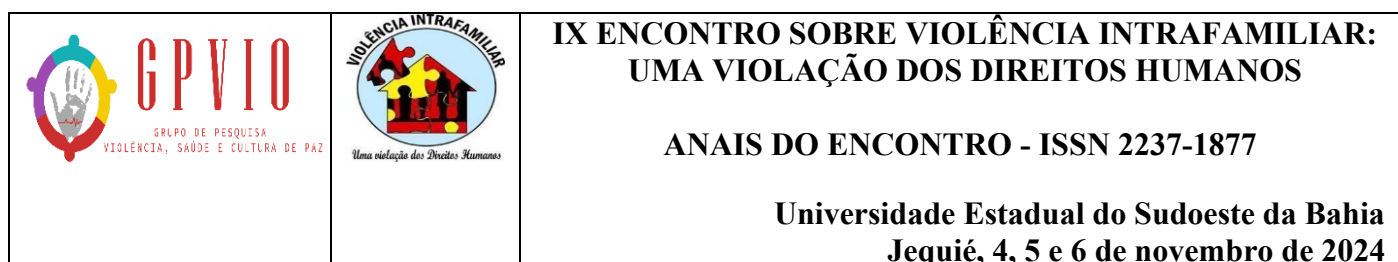


**Trabalho Original ou Revisão de Literatura (integrativa, de escopo e narrativa)**



**DIFICULDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO E AO MERCADO DE  
TRABALHO FORMAL PARA PESSOAS TRANSEXUAIS**

Carla Alessandra Paraguassú de Carvalho<sup>1</sup>

Ninalva de Andrade Santos<sup>2</sup>

Aline Vieira Simões<sup>3</sup>

Vilara Maria Mesquita Mendes Pires<sup>4</sup>

Juliana Costa Machado<sup>5</sup>

Vanda Palmarella Rodrigues<sup>6</sup>

**Introdução**

O direito à educação, disposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é um dos direitos sociais fundamentais de todos os cidadãos brasileiros cuja disponibilidade é dever do Estado (Brasil, 1988). Contudo, na prática, nota-se haver uma dicotomia entre a teoria e a prática quando esse direito universal não é plenamente assegurado a todos os grupos populacionais, a exemplo das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-binárias (LGBTQIAPN+).

Para essas pessoas, o ambiente escolar é hostil por serem frequentes piadas e outras condutas cujos estereótipos desqualificam suas identidades interferindo de forma negativa na inserção social dos grupos vulneráveis a esse tipo de comportamento. Essa problemática está fortemente alicerçada em crenças heteronormativas que deslegitimam identidades que não se encaixam no padrão binário de gênero pré-determinado (Friedrich Júnior, 2023).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia da UESB (FAPESB-UESB). E-mail: 202020299@uesb.edu.br

<sup>2</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB e do PPGES. Pesquisadora do GPVIO. E-mail: avsimoes@uesb.edu.br

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Pesquisadora do GPVIO. E-mail: nsantos@uesb.edu.br

<sup>4</sup>Enfermeira. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Pesquisadora do GPVIO. E-mail: mesquita.vilara@uesb.edu.br

<sup>5</sup>Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES/UESB. Líder do GPVIO. E-mail: juliana.costa@uesb.edu.br

<sup>6</sup>Enfermeira. Professora Titular do Curso de Graduação em Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail: vprodrigues@uesb.edu.br

Neste sentido, há de se considerar ser a evasão escolar um nó crítico que aumenta a vulnerabilidade de exclusão social das pessoas que se identificam como LGBTQIAPN+, pois a ausência de uma educação formal compromete o poder aquisitivo, gera desemprego e maior dependência de programas de assistência social. Essa situação intensifica a marginalização e outros problemas relacionados com moradia e diversos modos de exploração (Friedrich Júnior, 2023).

O acesso ao mercado de trabalho para as pessoas transexuais é ainda mais limitado em virtude dos preconceitos que permeiam diversas esferas sociais, resultando em desafios relacionados à escolaridade, qualificação profissional e apoio familiar, além de outras exigências do ambiente de trabalho (Maidel, 2022).

Nesse cenário, faz-se necessário um olhar crítico quanto à implementação de políticas públicas que promovam a inclusão escolar e o respeito à diversidade de identidade de gênero nas instituições de ensino, visando reduzir a evasão e elevar os níveis de escolaridade (Silva; Luppi; Veras, 2020).

### **Objetivos**

Descrever as dificuldades de acesso à educação enfrentadas por pessoas transexuais e identificar as repercussões das dificuldades de acesso à educação de pessoas transexuais quanto à inserção no mercado de trabalho formal.

### **Métodos**

Estudo de caráter descritivo e exploratório com abordagem qualitativa. Participaram da pesquisa 10 mulheres transexuais e um homem transexual, vinculados à Associação LGBTTS de Jequié e região, localizada no município de Jequié, Bahia. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas presencialmente na Associação Casa das Mulheres de Jequié e região, no período de setembro de 2023 a maio de 2024.

Os dados obtidos foram organizados e analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo temática, proposta por Bardin (2015), seguindo três etapas: (1) pré-análise, (2) exploração do material, e (3) tratamento dos resultados e realização de inferências, emergindo a categoria: Implicações do acesso à educação na inserção do mercado de trabalho formal de pessoas transexuais.

Seguiu-se os requisitos éticos estabelecidos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP/UESB) e aprovado sob o parecer nº 6.189.551/2023.

### **Resultados e Discussão**

Participaram do estudo 10 mulheres transexuais e um homem transexual com idades entre 18 e 30 anos. Sobre a autodeclaração de raça/cor predominaram cinco pretos(as) e quatro pardos(a), todas(os) solteiras(os). Em relação à escolaridade, duas(dois) participantes têm o ensino médio incompleto, duas(dois) participantes cursaram o ensino fundamental incompleto, seis participantes têm o ensino médio completo e uma(um) participante não possui escolaridade formal. O quesito ocupação se apresentou bem diversificado incluindo estudantes, autônomos, maquiadoras, acompanhantes sexuais, técnica em administração, blogueiras, cabeleireiras, decoradoras e DJ. No geral se observou que apesar de a maioria desenvolver simultaneamente mais de uma atividade, o poder aquisitivo é baixo (oito percebem até um salário-mínimo).

**Categoria: Implicações do acesso à educação na inserção do mercado de trabalho formal de pessoas transexuais**

O estudo mostrou que as dificuldades de acesso à educação enfrentadas por pessoas transexuais revelam um ambiente escolar excludente, frequentemente marcado por atitudes hostis em relação à população transexual. Essa hostilidade contribui para a evasão escolar, evidenciada nas falas das(os) participantes do estudo.

Evidenciou-se haver intrínseca relação entre evasão escolar e transfobia no contexto educacional. A discriminação e a ausência de apoio emergem como fatores determinantes para o abandono dos estudos. O preconceito vivenciado no ambiente escolar constitui problemática que perpassa o afastamento das(os) estudantes transexuais das instituições educacionais, por limitar as oportunidades de qualificação profissional para a inserção no mercado de trabalho formal contribuindo assim, para a perpetuação dos ciclos de exclusão e marginalização.

A transfobia que vitima travestis e transexuais nas escolas é um fenômeno generalizado e complexo, que desnuda a persistência de uma cultura fortemente heteronormativa, na qual estigma e preconceito comuns nas sociedades contemporâneas também comprometem a estrutura institucional (Rondas *et al.*, 2015). Reconhecer a existência de homofobia e discriminação no ambiente escolar, que impulsionam a evasão de estudantes transexuais, é um passo importante para refletir sobre os fatores que sustentam essas formas de opressão (Friedrich Júnior, 2023).

Os resultados desse estudo evidenciaram ainda haver significativas barreiras que dificultam o acesso ao ensino superior e que as questões financeiras e psicológicas impactam diretamente na continuidade dos estudos. A necessidade da implementação de políticas públicas para inclusão de pessoas transexuais no campo educacional, nas unidades de saúde e no mercado formal de trabalho também foram evidenciadas (Silva; Luppi; Veras, 2020). O estudo mostrou a falta de qualificação profissional, a escassez de oportunidades para a comunidade transexual e o preconceito que dificulta a retificação do nome.

Destaca-se o foco deste estudo no que diz respeito à necessidade de capacitação da população transexual. São necessárias políticas públicas específicas para esse grupo, que garantam acolhimento adequado nos espaços de ensino e ofereçam suporte na busca por trabalho, evitando assim todo e qualquer tipo de discriminação, conforme reza a nossa constituição e os direitos humanos fundamentais (Ferreira; Ribeiro; Brito, 2022).

Este estudo desvelou ser o trabalho informal uma alternativa para garantir a sobrevivência da maioria das pessoas transexuais que se encontram às margens da sociedade e excluídas do mercado formal de trabalho. Esse tipo de vínculo é preocupante por não assegurar os direitos trabalhistas e a estabilidade do poder aquisitivo. O trabalho informal para essas pessoas aparece como uma luz no fundo do túnel já que não possuem qualificação, que poderia facilitar a inserção em empregos mais seguros.

A importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho é inegável. Essa qualificação abrange um conjunto de habilidades, conhecimentos e competências específicas necessárias para a execução de determinadas atividades. Geralmente, a qualificação é associada ao ingresso no ensino superior ou a cursos técnicos que definem a área de atuação do indivíduo, atribuindo-lhe, assim, um valor no mercado de trabalho. Isso contribui para a redução do desemprego, o combate à informalidade, o desenvolvimento econômico e a adaptação às mudanças (Friedrich Júnior, 2023).

Urge a necessidade de políticas públicas voltadas à redução do estigma e da discriminação, bem como à melhoria do acesso à educação e à qualificação profissional das pessoas transexuais. Essas iniciativas são fundamentais para tornar a competição por vagas no mercado de trabalho formal mais equitativa (Silva; Luppi; Veras, 2020).

A questão da retificação de nome nos documentos, abordada pelas participantes exemplifica uma barreira burocrática que intensifica as dificuldades enfrentadas por pessoas transexuais. A dualidade entre a identidade de gênero assumida e os registros nos documentos legais torna a busca por emprego quase impossível. Nas falas das(os) participantes

sobressaíram discursos que evidenciam o receio por parte dos empregadores de contratarem uma pessoa transexuais por conta de uma possível resistência da clientela em aceitar essa possibilidade. Nesse sentido, perder ou não agradar a clientela constitui um forte fator para não ter no quadro de colaboradores uma pessoa transexual.

Essa situação reflete um preconceito profundamente enraizado em nossa sociedade. Assim, embora muitas pessoas não se reconheçam homofóbicas, na prática reforçam os estereótipos onde pessoas transexuais são percebidas como inadequadas para certos ambientes de trabalho, resultando em exclusão deliberada. Estar inserido no mercado de trabalho formal, direito humano fundamental, é dignificante, pois a garantia do sustento, influencia diretamente nas condições de vida e saúde de toda e qualquer pessoa (Silva; Luppi; Veras, 2020).

Essa realidade também foi evidenciada em outro estudo direcionado a pessoas transexuais observando-se que 58% exerciam atividade informal; 27% possuem emprego formal com carteira assinada; 10% atuam como microempreendedores individuais (MEI), enquanto um percentual muito pequeno se compõe de empregadores ou profissionais liberais (3%) e funcionários públicos (2%) (Maidel, 2022).

### **Conclusão**

A pesquisa apontou que o acesso à educação para pessoas transexuais é prejudicado por um ambiente escolar excludente, marcado pela discriminação e pela falta de apoio. Nesse contexto, a transfobia e a exclusão social são barreiras significativas, resultando em altas taxas de evasão escolar e dificuldades na inserção no mercado de trabalho formal.

A necessidade da implementação de políticas públicas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade de gênero nas escolas agrava essa realidade, limitando as oportunidades de qualificação e perpetuando a marginalização dessa população. É fundamental que o Estado implemente ações que garantam a educação e a valorização das identidades de gênero, criando um ambiente favorável à permanência dos estudantes transexuais e futura inserção no mercado de trabalho.

**Descritores:** Educação inclusiva. Mercado de trabalho. Políticas públicas. Qualificação profissional. Transfobia.

**Eixo Temático:** Eixo 1 - A saúde coletiva no enfrentamento da violência

### **Referências:**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FERREIRA, Fabricio Fonseca; RIBEIRO, Thais Monielly Sousa; BRITO, Worney a de. Percepção das pessoas Trans acerca do acesso ao mercado de trabalho. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 11, p. e3946, jan., 2022.

FRIEDRICH JÚNIOR, Fernando Mogart. **Políticas públicas frente à inclusão da população LGBTQIA+ no ambiente formal do trabalho**. [Trabalho de Conclusão de Curso], Bacharelado em Direito, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2023.

MAIDEL, Fe. O Transcidadania pode mudar as vidas trans? **BIS, Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 13-27, jul. 2022.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 194-207, jan./jun. 2015.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Maria Aparecida da Silva Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1723-1734, maio, 2020.